

REDE JUBILEU SUL/BRASIL

Auditoria Cidadã da Dívida

Número 17 - Janeiro/Maio de 2008



AUDITORIA DA DÍVIDA: o exemplo do Equador

A criação da Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC) pelo presidente equatoriano Rafael Correa significa para o Brasil e para os demais países do sul, que cada vez mais tem as suas finanças públicas reféns dos mercados financeiros, uma importante iniciativa no sentido da reafirmação da soberania da região em relação aos interesses dos países do norte.

A experiência equatoriana interessa particularmente ao Brasil onde, apenas no ano de 2007, o governo federal comprometeu 30,59%¹ dos recursos do orçamento público com o pagamento dos juros, encargos e amortização das dívidas externa e interna, contra, por exemplo, apenas 5,17% dos recursos do orçamento com saúde, 2,58% com educação e 0,41% com ciência e tecnologia. Isso significa que os gastos com a dívida são hoje uma das principais barreiras para o avanço das políticas sociais tão urgentes ao país.

Precisamos, portanto, reacender o debate sobre o peso dos gastos com o pagamento dos juros, encargos e amortização das dívidas externa e interna para as contas públicas. Ao invés disso, o governo, ajudado pelos meios de comunicação, se empenha para transmitir aos mercados a mensagem de que o Brasil é um bom pagador e que sabe respeitar as regras estabelecidas pelas instituições ligadas ao sistema financeiro. Recentemente, em campanha para conseguir o grau de investimento² o governo chegou a anunciar que o problema da dívida externa estava finalmente equacionado no Brasil. Se esqueceu de dizer que o principal problema hoje é a dívida interna que, em abril de 2008, alcançou a astronômica cifra de R\$ 1,465 trilhão, superando em mais de três vezes o



valor da dívida externa, estimada em R\$ 417 bilhões. Dos R\$ 237 bilhões executados no orçamento da união para o pagamento de juros e amortizações da dívida pelo Brasil em 2007, R\$ 219 bilhões foram para o pagamento da dívida interna contra apenas R\$ 18 bilhões da dívida externa, o que significa 12 vezes mais.

Em um país com enormes desigualdades sociais como o Brasil, a manutenção deste esquema que transfere recursos públicos para uma parcela de privilegiados que possuem aplicações no mercado financeiro e priva a grande maioria do acesso aos seus direitos de cidadania, é um verdadeiro crime. Deveríamos fazer cumprir a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 26, do Ato das Disposições Transitórias, determina a realização de uma auditoria da dívida externa, o que abriria uma oportunidade para a retomada do debate sobre o peso do pagamento dos juros da dívida sobre o orçamento. É exatamente o

que está fazendo o governo do Equador, com a criação da CAIC, que tem o objetivo de examinar e avaliar o processo de endividamento entre os anos de 1976 e 2006³.

Os trabalhos avançam de modo que não apenas os impactos econômicos e financeiros sejam evidenciados, mas também os impactos sócio-ambientais decorrentes do processo de endividamento. Isso significa que a auditoria buscará identificar tanto as taxas de juros, comissões e multas impostas, muitas vezes de maneira unilateral nos contratos de empréstimos – violando a soberania dos países tomadores – como também as consequências das condicionalidades assumidas na contratação dos empréstimos sobre as condições de vida da população. Além disso, será analisada a relação entre a finalidade de um projeto financiado e os impactos sociais e ecológicos provocados, numa abordagem multicriterial, que ajudará a comprovar e dar visibilidade à ilegalidade e à ilegitimidade da dívida reclamada.

Esperamos que a iniciativa equatoriana seja bem sucedida, na expectativa de que se estabeleçam as condições políticas favoráveis para a reprodução da experiência nos demais países do continente.

Notas:

- 1 Se considerarmos as despesas com refinanciamento (pagamento de amortizações com emissão de mais títulos), o percentual sobe para 53,2% do orçamento executado em 2007
- 2 Classificação dada a um país a partir de uma avaliação concedida pelas principais agências de avaliação de risco. Na prática, equivale a um diploma de país bom pagador, que garante a segurança para que mais capitais especulativos venham em busca de remuneração na economia do país.
- 3 "Auditoria Já!" Nº 0, disponível em <http://www.jubileubrasil.org.br/>

Querem tirar direitos trabalhistas e previdenciários...

Você vai deixar?

E é exatamente isso que vai acontecer se não colocarmos o bloco na rua. A Reforma da Previdência e a Reforma Tributária estão na pauta do Governo Federal. Ambas atingem toda a política de Seguridade Social que vai excluir ainda mais o trabalhador/a se prevalecer os interesses do capital financeiro. Os que lucrarão com o corte de direitos estão sempre de plantão e não perdem tempo e nem oportunidades para prejudicar o povo.

A previdência é muito lucrativa. A verdade é que o governo não computa todas as receitas para aparentar que existe um déficit e assim reduzir ainda mais os benefícios dos trabalhadores/as. A Seguridade Social tem várias fontes de receita: COFINS; Concursos de Prognósticos (Mega-Sena, Lotomania, Quina, Super Sena...), receita própria do Ministério da Saúde; outras contribuições sociais (DPVAT, prêmios prescritos e bens apreendidos). A Seguridade Social também tem suas despesas: benefícios; Saúde; Assistência Social; custeio e pessoal do INSS; outras ações da Seguridade. Mas as receitas hoje são maiores do que as despesas. O que acontece é que estes recursos são sugados pela DRU - Desvinculação de Recursos da União para o "superávit primário", que irão pagar juros da Dívida Interna (entre 15 e 30 bilhões por ano, nos últimos 5 anos!).

Diante da pressão dos setores conservadores que querem uma importante redução dos gastos da Seguridade Social, o presidente Lula instalou o Fórum da Previdência para preparar um conjunto de propostas que poderiam ser introduzidas num esboço de projeto de lei. O Fórum encerrou suas atividades em 2007 sem chegar a um consenso de propostas. Vários pontos importantes e que afetam diretamente os direitos sociais dos/as trabalhadores/as estão ameaçados se o Congresso e o Governo Federal não assumirem as propostas dos que lutam pelos direitos. Sem o consenso necessário, a Reforma da Previdência fica mais um tempo hibernando. Outra forma de cortar direitos vem através da reforma tributária que está na pauta do governo para ser votada

a qualquer momento.

A Reforma Tributária, se for aprovada do jeito que está, acaba com as fontes de financiamento da Seguridade Social estabelecidas na Constituição de 1988. As fontes caem num bolo comum e seus recursos serão disputados junto com as demandas de governadores e prefeitos de todo o país. É o fim da vinculação de fontes com a Seguridade Social. Será o desmonte do financiamento da política social. Um verdadeiro retrocesso.

Estamos num momento crucial. A Reforma da Previdência e principalmente a Tributária, em vias de acontecer, coloca em risco a vida de mais de 100 milhões de brasileiros/as. Toda criança que nasce tem um direito fundamental: o direito à vida. Os direitos sociais básicos são os indispensáveis para assegurar o futuro da vida e a sua dignidade. Entre os principais direitos sociais básicos se destacam a moradia, a alimentação, a segurança, a educação e o trabalho. Esta é uma obrigação do Estado e de toda a sociedade - de proteger a vida de todos os cidadãos. Não podemos permitir a privatização destes direitos.

DIREITOS SOCIAIS PARA TODAS AS PESSOAS



PROGRAMA JUSTIÇA ECONÔMICA



Financiamento a um desenvolvimento justo: é possível dentro do capitalismo?

O atual modelo de financiamento ao desenvolvimento está diretamente relacionado com a ilegitimidade da dívida. Ou seja, a ilegitimidade não se refere somente a alguns projetos ou políticas de determinados países, mas também às Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) e ao modelo que criaram, condicionaram e continuam defendendo. Mudar o sistema que se utiliza da dívida como instrumento de dominação e construir formas soberanas e justas de financiamento significa acabar com a impunidade destas instituições e impor sanções para que paguem pelos severos danos que causaram. Essa é a única dívida legítima. Mas como fazer isso?

As IFMs estão em crise. É o que muitos argumentam. Estão em crise financeira, de legitimidade e de função. No entanto, quem de fato sempre questionou esta (i) legitimidade? Quem controla o modelo ou quem luta contra ele? Em termos financeiros, o FMI acaba de aprovar uma “reforma” das suas quotas e votos que, ao mesmo tempo em que não muda de fato o sistema de poder em favor dos países do Sul global, os obriga a contribuir mais financeiramente ao Fundo. Para ter um aumento pífio de 0,3% no poder de voto, o Brasil vai aplicar mais US\$ 2 bilhões do Orçamento da União, que deveria estar sendo investido para atender demandas sociais. Outra reforma realizada pelo FMI foi a venda de até 403,3 toneladas de suas reservas em ouro (de um total de 3.217 toneladas) - a terceira maior reserva do mundo - e cortes nos gastos administrativos¹. Embora isso deveria ter sido feito há muito tempo, é uma clara mostra de que o FMI é incapaz de aplicar as políticas de ajuste fiscal que receita para seus membros. É mais fácil vender as reservas do que implementar transformações reais ou, então, fechar as portas. A crise de função está sendo superada por essas instituições, que sempre foram muito eficientes em se adaptar à conjuntura e a incorporar os discursos dos movimentos de resistência, encontrando assim novos campos de atuação. A diferença agora é que o capital financeiro já circula livremente; portanto, o que falta é o controle absoluto dos territórios e recursos naturais. Daí, advém o objetivo de focar nos mega projetos de infra-estrutura. E não é por acaso que o Banco Mundial quer assumir a liderança no combate e adaptação às mudanças climáticas. Pelo histórico do Banco, sabemos como essa liderança vai acontecer. Mais privatizações das empresas de energia e transporte, como também do ar, a favor de transnacionais criadas para lucrar no mercado de carbono às custas do meio ambiente e das populações. As IFMs também pretendem “atuar contra” a crise alimentar quando as suas próprias políticas empregadas por décadas as responsáveis pela mesma! Resumindo, as IFMs continuam fortes e impunes.

É nesse contexto que precisamos discutir o financiamento soberano e que nascem propostas como o Banco do Sul e o Banco da Alba, a auditoria da dívida do Equador e a retirada do governo da Bolívia do injusto e imoral Centro Internacional de Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), do Banco Mundial. São propostas que, juntas, apontam para a criação de um novo sistema financeiro na América do Sul. No entanto, no caso do Banco do Sul, o processo apresenta mais dúvidas do que certezas. Em geral, pouco se sabe das negociações. Não está claro se o Banco terá um sistema de poder igualitário, transparência, espaços concretos de participação popular - o que não ocorreu até agora -, que relação terá com as IFMs e, acima de tudo, que desenvolvimento irá financiar. A atuação do governo brasileiro nas negociações revela grandes riscos do Banco do Sul ser apenas mais um banco para financiar a exportação do capitalismo nacional.

ENTÃO, COMO AVANÇAMOS? O objetivo de um novo sistema financeiro tem que ser o de colocar um fim na histórica transferência de recursos do Sul para o Norte. Mas também não devemos substituir os capitalistas do Norte por capitalistas do Sul. Precisamos, sim, nos comprometer com as mudanças que estão ocorrendo na região, mas de forma crítica. Temos que ter como meta maior a mudança de poder em todos os níveis. É continuar repudiando as IFMs e o grande capital. Para isso, defenderemos a realização de auditorias financeiras, sociais, históricas e ecológicas como processos de luta e instrumentos de mobilização popular capazes de comprovar a ilegitimidade da dívida e das IFMs, repudiar qualquer pagamento das dívidas ilegítimas e cobrar reparações, restituições e sanções. Significa também nos apropriarmos das alternativas sendo construídas no Sul, evitando assim uma reprodução do modelo que tanto criticamos. É preciso refletir sobre a atuação destes governos também. Como está atuando o BNDES, por exemplo? É um banco do sul, mas está impondo dívidas financeiras, ecológicas e sociais internamente e aos nossos vizinhos. É preciso construir propostas para além do paradigma capitalista, da corrida constante por mais mercados, consumo e lucro. O capital e os governos devem servir ao povo e não o povo ao capital. Nesse sentido, talvez um banco de financiamento nem seja necessário. Pelo menos não um baseado no lucro: a alma do capitalismo. Tem que ser um processo - não necessariamente uma instituição -, de fato, solidário, justo e soberano. A construção de outros sistemas passa pela luta por outras relações, pela soberania, pelos direitos de todos os povos e pela sobrevivência do planeta que não pode mais esperar. E isso só se consegue com mobilização e resistência.

1 O Globo Online. Brasil terá maior participação no FMI, 28 de março de 2008.

Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/03/28/brasil_tera_maior_participacao_no_fmi-426592541.asp

Infra-estrutura e Desenvolvimento: negócio em prol dos negócios?

Os setores de infra-estrutura são considerados estratégicos porque tem o poder de consolidar determinadas trajetórias de desenvolvimento. Como todos os demais setores econômicos dependem de energia, água, transportes e comunicações, o controle e a organização desses setores determina nosso perfil produtivo e sócio-econômico. Complexos energéticos e viários servem para densificar ou para simplificar economias e territórios. Qual é a escolha e quem está escolhendo?

Com a onda de privatizações nos 90, o Brasil repassou o controle de sua infra-estrutura para o setor privado, majoritariamente transnacional. As elites, ao abrirem mão de qualquer “projeto nacional”, converteram serviços essenciais e estratégicos em negócios parasitários, com efeitos altamente desarticuladores da economia nacional. Os critérios determinantes para a liberação de créditos e dos investimentos passaram a ser taxas de retorno compensadoras e o uso competitivo dos equipamentos. As Instituições financeiras internacionais, especialmente o FMI e Banco Mundial, fizeram da dívida pública um instrumento para aprofundar essas privatizações seletivas e a desregulamentações exigidas pelo setor privado. Das condicionalidades específicas dos anos 90 “evoluímos” para as condicionalidades sistêmicas de hoje: “ações prévias”, “critérios estruturais de implementação”, “parâmetros de referência”. Exigem provas de renúncia da soberania nacional e popular e de terceirização da política econômica e orçamentária do país, como a limitação de gastos públicos, tarifas de serviços competitivas, e governança público-privada dos setores e projetos “estruturantes”.

A infra-estrutura financiada e planejada em função dos interesses dos grandes grupos econômicos, funciona como uma enorme incubadora de plataformas de exportação e de enclaves

territoriais. O desenvolvimento possível passa a depender da qualidade da interconexão do país/região com os mercados globais, ou seja, de uma infra-estrutura especializada e de marcos regulatórios feitos sob medida para os investimentos.

Os setores econômicos que sobrevivem aos processos de reestruturação são absolutamente dependentes dos mercados internacionais como supridores, intermediários ou distribuidores. O Governo Lula procura consolidar esse modelo de crescimento subordinado ao definir novas metas de monopolização/desnacionalização de nossa economia, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O PAC no plano interno, assim como a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana) no plano regional, trata de recuperar o papel intervencionista do Estado, mas a favor dos grandes conglomerados. Resgata-se a seletividade na destinação de recursos públicos e subsídios, mas não para fortalecer as pequenas e médias empresas ou setores essenciais, e sim para confirmar a “seleção natural” dos negócios. Recupera-se

a capacidade de investimento mas que chega para ampliar as economias de *commodities*. Depois do estrangulamento geral da economia nacional, nos anos de ajuste fiscal, autoriza-se a oxigenação condicional daquilo que interessa de baixo para cima e de fora para dentro.

Não podemos permitir que o país continue trilhando um caminho sob o qual não temos nenhum controle. Mas se queremos construir outro modelo de desenvolvimento temos que ter forças sociais mobilizadas e comprometidas com isso. A articulação dos movimentos sociais camponeses e urbanos com as populações tradicionais, especialmente as indígenas, é que poderá representar um obstáculo a essa política de

tabula rasa dos capitais sobre nossos territórios, feitos de coletivos múltiplos e singulares dispostos a se reconhecerem e a se defenderem juntos.



AUMENTO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO QUEM PAGA A FATURA?

O Povo Brasileiro com mais sacrifício e diminuição dos Direitos Sociais

Dia 30 de abril de 2008 o Brasil obteve da agência Standard & Poor's o título de "Investment Grade" ou "Grau de Investimento", correspondente à recomendação favorável aos investidores internacionais para aplicação em títulos da dívida pública brasileira, o que significa um carimbo de bom pagador. Diante deste fato, o presidente Lula afirmou que "O Brasil vive um momento mágico" e que isto "foi uma conquista do povo brasileiro".

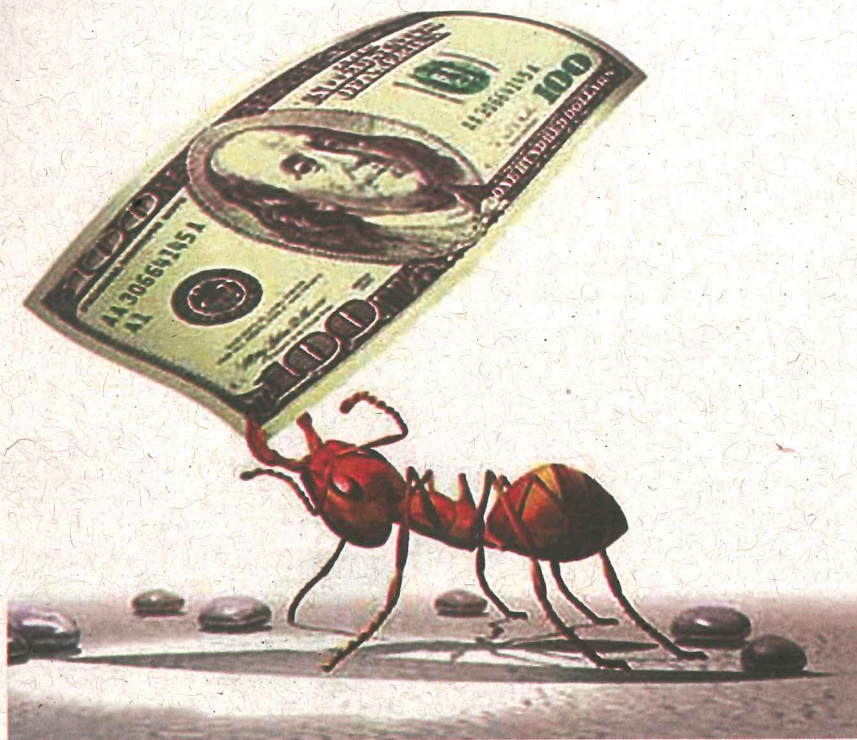
Na realidade este título foi concedido pelo mercado devido aos seguintes fatores:

- 1) Os títulos da dívida pública interna brasileira garantem aos investidores estrangeiros a maior remuneração do mundo, representada pelas taxas de juros de 11,75%, enquanto a Europa pratica taxas de 4%, os EUA 2% e o Japão 0,5%;
- 2) Os ganhos decorrentes de investimento de estrangeiros em títulos da dívida pública interna brasileira são totalmente isentos de imposto de renda desde 2006;
- 3) O pagamento de obrigações relacionadas ao endividamento público goza de prioridade absoluta, amparada pela "Lei de Responsabilidade Fiscal", enquanto todos os demais gastos sociais estão limitados pela mesma lei;
- 4) O imenso volume de dólares que está entrando no Brasil – para ganhar os juros mais altos do mundo – é comprado pelo Banco Central, que os aplica, em sua imensa maioria, em títulos da dívida pública dos Estados Unidos da América do Norte, que não rendem quase nada. Ou seja, essa enxurrada de dólares "investidos" em títulos da dívida pública brasileira está, na verdade, servindo para financiar os Estados Unidos e suas políticas;
- 5) Além do ganho representado pelas altas taxas de juros, os investidores estrangeiros lucram com a variação negativa do dólar frente ao Real, ao mesmo tempo em que o Banco Central, com esta montanha de dólares em caixa, perde com a desvalorização da moeda americana;
- 6) O imenso prejuízo provocado por essa operação é arcado pelo Banco Central do Brasil e transferido para o Tesouro Nacional sem limite. Em 2007, por exemplo, o prejuízo operacional do Banco Central do Brasil foi de R\$ 47 bilhões, mais que todos os gastos federais com saúde! Para isso a "Lei de Responsabilidade Fiscal" não estabelece nenhum limite!
- 7) Enquanto o Banco Central tem amargado grandes somas de prejuízo operacional, os bancos privados estão registrando lucros fabulosos, o que caracteriza flagrante transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado.
- 8) Todos esses atrativos ao "investimento" de estrangeiros em títulos da dívida interna brasileira tem provocado um crescimento acelerado do estoque dessa dívida, que já alcança a cifra de R\$ 1,5 trilhão em abril de 2008, tendo crescido 46% desde janeiro de 2006. Só nos quatro primeiros meses deste ano de 2008, a dívida interna aumentou R\$ 74 bilhões de reais! E qual a contrapartida desse crescimento absurdo? Quem está se beneficiando desse endividamento brutal, que compromete o futuro da Nação?



Em resumo, é evidente que o mercado financeiro deve avaliar tais investimentos, melhores do que qualquer jogada em qualquer cassino do mundo, porque aqui não há risco algum! Não se trata de um aval de "confiança internacional", como declarou o presidente Lula, pois **na verdade esse título de "Investment Grade" foi comprado a alto custo.**

A alta remuneração garantida aos investidores, a isenção fiscal, o mega prejuízo do Banco Central, o



aumento exponencial do estoque da dívida, e os gastos em compra de títulos da dívida americana significam um imenso presente aos especuladores internacionais e o mercado financeiro seria muito injusto se não reconhecesse tamanha generosidade do governo brasileiro,

A questão que não está sendo divulgada devidamente é que alguém está pagando essa fatura. E esse alguém é o povo brasileiro que busca serviços públicos essenciais e não encontra; que está à margem de seus direitos sociais – direito à vida digna, direito à saúde, educação, moradia, segurança, assistência social e demais direitos assegurados pelo artigo 6º da Constituição Federal.

Tais direitos não têm sido respeitados em nosso País, onde vivem 50 milhões de pobres e miseráveis, porque os ganhos dos especuladores têm que ser respeitados acima de tudo!

Recursos que deveriam estar sendo destinados para minorar a vergonhosa situação de desigualdade e de injustiça social brasileira estão sendo “economizados” para que se produza o chamado “superávit primário”, ou seja, o desvio de recursos das áreas sociais para pagamento da dívida, às custas de imenso sacrifício social.

Nos primeiros 3 meses de 2008, o superávit primário (incluindo a União, Estados, e Municípios) foi de R\$ 43 bilhões, enquanto o governo federal gastou apenas R\$ 7,3 bilhões em saúde, R\$ 3,1 bilhões em educação e somente R\$ 109 milhões para reforma agrária. Não é a toa que o país vive uma epidemia de dengue, que a educação pública carece de urgentes investimentos, e a reforma agrária nunca se realiza, dentre várias outras mazelas sociais que condenam milhões de brasileiros ao não-futuro.

Enquanto os especuladores internacionais gozam dos privilégios de isenção tributária e abastada remuneração,

a parcela mais pobre da população brasileira - justamente a que mais necessita dos serviços públicos - é a que proporcionalmente mais paga tributos no País, os quais têm servido prioritariamente ao pagamento da dívida.

Comparando o peso dos tributos entre os brasileiros mais ricos e os mais pobres, recente estudo do IPEA, divulgado no dia 15 de maio, mostra que os 10% mais pobres do Brasil gastam 33% de sua renda com tributos, enquanto os 10% mais ricos destinam ao Estado Brasileiro apenas 23% de seus ganhos. Os extremamente pobres gastam 44,5% de sua renda em tributos. Isso se deve ao fato de que o sistema tributário brasileiro está totalmente aleijado, promovendo uma distribuição de renda às avessas, ou seja, retirando recursos dos pobres e miseráveis para beneficiar aos mais ricos do Brasil e isentar os especuladores estrangeiros. Não era esse tipo de distribuição de renda que se esperava do Governo do

Partido dos Trabalhadores...

Como se não bastasse isso, o Governo agora acena com a possibilidade de aumento do superávit primário, alegando que esta seria a única saída para se evitar uma alta nos juros para controlar a inflação. O resultado disso será mais cortes de gastos sociais, aprofundando a já precária condição dos serviços públicos. Além do mais, o Governo estuda destinar este aumento do superávit primário para o financiamento da atuação das empresas brasileiras no exterior, através do chamado “Fundo Soberano”. Ou seja, o sacrifício imposto aos brasileiros vai aumentar para que sobre recursos a serem investidos fora do País, beneficiando a uma minoria de grandes empresários e até multinacionais, em detrimento da população brasileira. Cabe ressaltar que grande parte dos projetos financiados pelo Brasil no exterior tem causado impactos ambientais e sociais danosos às populações dos nossos países vizinhos.

Quando anunciou a conquista do título do “Grau de investimento”, o presidente Lula afirmou que nós recebemos “o aval de que passamos a ser donos do nosso nariz”. A realidade é exatamente inversa ao que diz o presidente. Como vimos, ao contrário de donos do nosso destino, esse aval do mercado financeiro se deve ao fato de que estamos como marionetes nas mãos das exigências do mercado financeiro, cedendo mais do que nunca! Agradando aos banqueiros como nunca! Pagando elevado preço, às custas de cruel sacrifício social! Estamos mais subservientes aos credores da dívida do que nunca! E ainda prometendo que vamos dar mais!

Por isso defendemos uma profunda Auditoria da Dívida, processo que será capaz de trazer à tona toda a verdade sobre esse questionável processo de endividamento.

Lula no Haiti: sub-imperialismo brasileiro em ação

No último dia 28 de maio, o Presidente Lula visitou o Haiti pela segunda vez. A primeira havia sido em 2004, junto com a seleção brasileira, que desfilou pelas ruas de Porto Príncipe em carro (de guerra) aberto. Desta vez, chegaram na comitiva a Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, entre outras empresas convidadas. Uma delas, cujo nome é mantido sob sigilo, já recebeu US\$ 80 milhões do Banco de Desenvolvimento Europeu para a primeira fase das obras de reestruturação de rodovias haitianas. No mesmo momento, o movimento social haitiano *Batalha Operária* solicitou autorização à Polícia para fazer um ato na porta do Palácio Nacional, em Porto Príncipe, para protestar contra a presença das tropas militares no país. A Polícia Nacional haitiana negou o pedido.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a tropa da elite – o Bope – treinou na favela Tavares Bastos, que ocupa, desde 2000, parte das tropas brasileiras que compõem o efetivo de 1.213 homens das Forças Armadas que estão no Haiti desde 2004.

Lá, a população que já não agüenta de tanta fome, vai às ruas protestar contra a alta abusiva dos alimentos. Aqui, a população vai às ruas nas favelas protestar de forma espontânea contra os abusos policiais que matam diariamente 7, 8, 9 pessoas em cada incursão na suposta busca de traficantes.

Aqui como lá, a estrutura da desigualdade é gritante. No Brasil, segundo dados recém-lançados pelo IPEA (Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas), 10% dos mais ricos detêm 75% da riqueza. Lá, a profunda deteriorização da economia haitiana levou 76% da população a viver em situação de pobreza.

A situação sócio-política do Haiti se agudiza. As tropas da Minustah cada vez mais cumprem um papel de polícia com todas as táticas de repressão a populações empobrecidas utilizadas pela polícia do Rio de Janeiro. A lógica é a mesma. Cada vez mais os inimigos do sistema são as populações empobrecidas. O Haiti e o Rio têm servido como campo de experimentação dessas novas estratégias do sistema capitalista.

A proximidade do governo Lula com governos que põem em prática essa estratégia é também aqui e lá. As visitas de Lula e seus ministros ao Rio são frequentes. As chacinas também. A do Complexo do Alemão, ocorrida em 27 de junho de 2007, deixou 19 mortos e 10 pessoas gravemente feridas. O Ministro Tarso Genro, em reunião com secretários de segurança de todo o País para discutir o chamado PAC da Segurança (Pronascin - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), um dia depois da dita chacina, considerou a operação no Rio um exemplo de parceria e disse: “É uma ação das polícias militar e civil, comandada pelo governador do estado e pelo secretário de segurança, que têm a retaguarda da Força Nacional”¹.

O Itamaraty considera um exemplo de parceria o que o Brasil está fazendo no Haiti. Em reunião no último dia 26/05/08, integrantes da Rede Jubileu Sul foram levar um manifesto assinado por 73 organizações sociais brasileiras. Um funcionário da Divisão das Nações Unidas daquele ministério afirmou que o Haiti também é prioridade para o governo brasileiro – é a missão mais importante por ser um país da região. É também a única onde o Brasil tem

tropas, com apoio do Congresso.

No último 7 de abril, em Porto Príncipe, 7 pessoas foram assassinadas ao protestarem contra a subida generalizada dos preços dos alimentos. Nas manifestações pelo Dia Internacional do Trabalho, os nomes das pessoas que fizeram uso do microfone durante a marcha foram recolhidos por parte da Minustah² e da Polícia Nacional.

O povo haitiano também tem saído às ruas para protestar pela presença de tropas estrangeiras no país. Cresce o clamor pela retirada das tropas compostas em grande parte por soldados dos países do sul. A avaliação negativa da efetividade de missões como a Minustah cresce. Recentemente, ativistas, vencedor de prêmio nobel e intelectuais também assinaram um documento afirmando que essas tropas “violam os direitos humanos com total e escandalosa impunidade, em flagrante contradição com o mandato definido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que lhes atribuem a tarefa de impulsionar o respeito aos direitos humanos e reforçar o sistema judicial”.

A Minustah, foi estabelecida em 30/04/ 2004, segundo resolução 1542 do Conselho de Segurança, e tem mandato até 15/10/2008 (S/RES/1780). É urgente e necessário que seja feito um esforço no sentido de pressionar/constranger os governos nacionais a retirarem suas tropas a partir de um plano discutido com setores representativos do povo haitiano.

Ao mesmo tempo, é urgente o debate em torno da militarização das periferias urbanas como estratégia de apropriação de territórios onde vivem os mais pobres. Lula leva na sua comitiva para o Haiti as mesmas empresas que farão grande parte das obras do Plano de Aceleração do Crescimento. O Complexo do Alemão é palco de uma das obras do PAC. Precisou entrar a polícia para limpar o território e garantir a obra. Não seria justo questionar que o mesmo papel está fazendo também a Minustah para garantir que essas mesmas empresas realizem seus trabalhos no Haiti?

Limpar território de negros, mulheres, velhos e crianças pobres; será que é mesmo isso que está por trás dessas políticas tanto aqui como no Haiti?

1 Correio brasileiro 29 de junho de 2007.

2 Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti



A FORMAÇÃO: uma energia indispensável

Os que participaram do encontro nacional da Assembléia Popular, em outubro de 2005 em Brasília, não vão esquecer tão cedo este importante momento. Houve um longo processo de preparação que deu à luz o livrinho: “O Brasil que queremos. Assembléia Popular. Mutirão por um Novo Brasil”. O encontro nacional foi o resultado duma longa preparação da parte da 4ª Semana Social da CNBB e da rede Jubileu Sul Brasil. Para a maioria dos participantes, esse processo de um ano foi uma magnífica escola de formação política, de participação e construção da democracia. Esse processo foi também a constituição do que chamamos a *Assembléia Popular*.

Uma chave central da construção da Assembléia Popular é a formação. A formação é uma prioridade nas mais diferentes redes, movimentos e organizações, no Jubileu Sul Brasil, não seria diferente. A capacitação e a formação de lideranças, a realização do trabalho de base significa um processo lento e profundo a longo prazo. Não teremos avanços sérios sem uma boa política de formação e capacitação de novos atores e agentes sociais. Este tem sido o desafio que nos colocamos como prioridade para este ano e os próximos.

A realidade social, econômica, política e cultural é sempre mais complexa e a formação se torna sempre mais necessária para compreender a realidade em que vivemos. Ela é uma ferramenta indispensável para uma ação transformadora renovada e alicerçada na vida e na realidade do povo. A formação é um momento importante na vida do militante: uma volta às fontes e um recarregar das baterias; um novo compromisso com a sua organização e com a causa pela qual ele luta. Um militante não pode ficar sem formação. Não é por nada que a burguesia investe tanto na formação dos seus responsáveis e técnicos. Quanto mais o militante atua, mais sente a necessidade de se formar. Quem não luta para a transformação social não sente a necessidade da educação popular.

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR?

É melhor ver o que as duas palavras têm em comum do que o que as diferencia. As duas se complementam. A formação é orientada para a reflexão e o estudo, com uma dimensão um pouco mais teórica ou abstrata. A educação integra a prática das pessoas e as distintas dimensões da vida: social, econômica, política, cultural, psicológica, afetiva, espiritual e ambiental. A formação é mais específica, aprofundando temáticas durante “cursos”; a educação é mais global, a partir dos conhecimentos e das experiências das pessoas. As duas têm em comum uma metodologia ativa, participativa, dialogal, criadora, dialética, transformadora e libertadora. Conforme os objetivos, o contexto e o momento sócio-históricos, os militantes precisam mais de formação ou mais de educação. As duas são indissociáveis.



A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Como vimos, o objetivo da Assembléia Popular é a construção e conquista do Poder Popular. É um magnífico objetivo, de longo prazo, que requer todas as nossas faculdades. A metodologia da Educação Popular se baseia nos mesmos princípios, valores e horizontes que os do Poder Popular. Lembremos apenas alguns que nos parecem centrais:

- Uma grande confiança nas capacidades e potencialidades das pessoas e dos movimentos sociais;
- Uma formação a partir da experiência pessoal, interagindo com a teoria;
- Uma formação para a transformação social;
- Uma visão dialética da realidade, considerando as contradições e os conflitos para construir uma nova realidade mais justa e solidária;
- Um debate político respeitando o pluralismo de idéias.
- Uma promoção dos valores e das culturas do povo;
- Uma formação integral de todas as dimensões da vida, que articule a reflexão teórica com as lutas quotidianas para a transformação social.

Há uma longa história, experiência e conhecimentos acumulados sobre a formação e educação populares no Brasil. Não faltam excelentes subsídios. O esforço principal deve ser na direção de multiplicar os encontros de formação em todos os níveis para promover a participação de muitos na construção da Assembléia Popular e do Poder Popular. A rede Jubileu Sul Brasil se coloca a disposição para contribuir na formação, capacitação e na educação popular com o acúmulo que possui nos mais diferentes temas que são eixos centrais da rede.

EXPEDIENTE: Textos: Fabrina Furtado – Rede Brasil, Sandra Quintela – PACS, Gabriel Strautaman – PACS, Luis Fernando Novoa Garzon – Rede Brasil; Bernardo Lestienne – IBRADES/CNBB, Rosilene Wansetto – Jubileu Sul Brasil; Luciane Udovic – Grito de l@s Excluídos Continental; Rodrigo Ávila e Maria Lúcia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida; Programa Justiça Economia – Parceiros de CAFOD. Desenho e Imagens: arquivo Jubileu Sul Brasil; Diagramação: Hernane – CCJ; Impressão: Gráfica CCJ; Site: Mariana Lie Nagoya Tamari. Tiragem: 4.000 exemplares.

Publicação: Jubileu Sul/Brasil e Auditoria Cidadã da Dívida:

REDE JUBILEU SUL/BRASIL

Rua Abolição, 227 - 2º andar - Bela Vista CEP 01319-010 São Paulo/SP - Fone: (11) 3112-1524 / Fax: (11) 3105 9702 - www.jubileubrasil.org.br / jubileubrasil@terra.com.br

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

SAS, Quadra 5, Lote 7, Bloco N – 1º andar Edifício OAB - CEP 70070-939 Brasília/DF Fone: (61) 2193 9731 - www.divida-auditoriacidada.org.br / auditoriacidada@terra.com.br